

PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO COMO POLÍTICA EDUCACIONAL NO ESTADO DE EM MATO GROSSO DO SUL



Elielma Velasquez de Souza Maiolino*

Resumo: Diversos programas e projetos foram implantados pelo país, com o objetivo de ampliar o atendimento à escolarização de jovens e adultos e de proporcionar a continuidade dos estudos àqueles que não o fizeram em idade apropriada. O objetivo do estudo é analisar a relação Estado/sociedade civil na implementação dos programas e projetos ofertados para a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), em particular o Programa Brasil Alfabetizado, como política educacional para jovens e adultos na rede estadual de ensino de MS. O Programa Brasil Alfabetizado é destacado para verificar-se em que medida responde às necessidades do mundo do trabalho e do capital. Confirma-se que a educação para jovens e adultos está posta mais como formalização de direito ao acesso a essa população, através de programas pontuais como o Brasil Alfabetizado, do que como forma de qualificar as especificidades da educação de jovens e adultos em seus diversos contextos socioculturais para o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Política educacional. Educação de Jovens e Adultos. Programa Brasil Alfabetizado

1 INTRODUÇÃO

Para se falar sobre o Programa Brasil Alfabetizado em MS é necessário, inicialmente, abordar o Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA/MS), que teve início quando o governo do PT assumiu o Estado, com o objetivo de atender às famílias assistidas pelos programas sociais. Tendo em vista as experiências com o MOVA implantados nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, deu-se início à implantação do MOVA proposto como um

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com experiência em políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos (EJA), mídias em educação e atuando na rede municipal de ensino do município de Corumbá/MS.

projeto de alfabetização, no estado de MS, que representou a ampliação de atendimento de pessoas a serem alfabetizadas.

Segundo Santos (2008, p. 79), “[...] o MOVA iniciou-se por decisão política, mas com dificuldade financeira, instalando-se inicialmente apenas no Município de Campo Grande”. Posteriormente, o projeto foi implementado em outros municípios do interior do estado. Em 2003, foi eleito o presidente Luís Inácio Lula da Silva, que implantou nacionalmente o Programa Brasil Alfabetizado, estabelecendo parceria com o MOVA/MS, passando a ser denominado no estado de MOVA/MS BRASIL ALFABETIZADO. O objetivo do programa foi diminuir o analfabetismo em todos os municípios do estado, considerando as especificidades como: “comunidades indígenas, rurais, afrodescendentes, portadores de necessidades especiais e unidades prisionais” (MATO GROSSO DO SUL, 2006, p. 11).

O convênio com o programa federal permitiu ampliar o atendimento e remunerar os alfabetizadores voluntários, que antes de 2003 não recebiam ajuda de custo. Em MS, desde o início da implementação do Programa Brasil Alfabetizado, os alfabetizadores recebiam um valor fixo de sete reais por aluno.

Durante o ano de 2003, o programa atingiu 77 municípios e cerca de 35 mil pessoas foram alfabetizadas, sendo três mil indígenas. Em 2005, a iniciativa foi ampliada para os 78 municípios. O Mova/MS Brasil Alfabetizado teve a duração de oito meses e deve cumprir um total de 320 horas (MATO GROSSO DO SUL, 2006).

Em relação à bolsa paga aos alfabetizadores que atuaram e atuam nesse programa, Santos (2008) destaca que:

[...] com a parceria realizada entre MOVA/MS e o Programa Brasil Alfabetizado, a responsabilidade pela remuneração dos alfabetizadores passou a ser da União e baseada no número de alfabetizados. No entanto, a sub-remuneração e, o perfil dos educadores permaneceu o mesmo, sem exigência de uma formação específica, sendo disponibilizada apenas uma pequena carga horária de formação. Além disso, o alfabetizador assinava um termo de compromisso, sendo

obrigado a adotar a proposta político-pedagógica do Programa (SANTOS, 2008, p. 93).



Isso significou que a formação pedagógica desses profissionais foi de maneira aligeirada, por meio de seminários, palestras, ministradas por técnicos pedagógicos e supervisores do Programa, deixando-os aptos e qualificados para atuarem como alfabetizadores. Não houve uma preocupação quanto à qualificação profissional dos alfabetizadores, durante a sua seleção, para atuarem no programa. Logo, também não se considerou, como prioridade, a concretização de uma proposta político-pedagógica que garantisse o acesso ao conhecimento sistematizado. Esse tipo de formação é condizente com a falta de políticas de educação básica para os jovens e adultos.

2 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO EM MATO GROSSO DO SUL

A escolarização plena é requerida para os jovens e adultos que não completaram os seus estudos em idade própria. Mas a ideia de que a formação dos trabalhadores jovens e adultos depende única e exclusivamente deles, é que é reforçada, uma vez que, quanto mais capacitado, o trabalhador terá maiores chances de ingressar ou de permanecer no mercado de trabalho. Logo, a busca pela escolarização por meio de cursos de curta duração prescinde da preocupação por uma formação de qualidade e articulada com o conhecimento tecnológico que embasa os processos produtivos modernos (RAMOS, 2005). Sobre o financiamento do Programa, Santos (2008, p. 108) aponta que:

Durante o ano de 2003, com a parceria estabelecida com o Governo Federal, a União disponibilizou um total de dois milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais e quinze centavos (R\$ 2.465.634,15) de recursos para a assinatura de convênios com todos os

municípios do estado, totalizando a época setenta e sete (77) municípios, além de recursos para capacitação de alfabetizadores e formação continuada dos alfabetizadores.

Esse modelo de financiamento ainda continua nos dias atuais, por meio do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e também do repasse de 1%², como contrapartida do governo estadual, sobre o valor do recurso destinado ao Programa. A tabela 1 apresenta os valores repassados pelo FNDE para a execução do PBA nos anos de 2005 a 2008 em MS:

Tabela 1 – Valores dos recursos do PBA em MS de 2005 a 2008:

ANO	RECURSOS DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO
2005	R\$ 3.941.184,00
2006	R\$ 4.040.151,99
2007	R\$ 2.013.920,00
2008	R\$ 2.554.115,00

Fonte: MEC/INEP/2009. Tabela elaborada para esta pesquisa.

Os valores da tabela 1 diminuíram, a partir de 2007, quando a EJA passou a ser incluída no FUNDEB, direcionando os alfabetizandos para essa modalidade de ensino nas escolas. Para elucidar os valores apresentados na tabela, é importante destacar que, até o ano de 2002, os recursos para a execução de alfabetização no país eram destinados exclusivamente para a ONG que implementava o Programa Alfabetização Solidária, como informado anteriormente. Após a mudança de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) para o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), os programas de alfabetização também mudaram de foco, em relação ao financiamento dos recursos federais, conforme o gráfico 1 abaixo:

² O valor de 1% repassado pelo governo do estado representa os gastos com diárias para transporte e alimentação dos técnicos da Secretaria de Estado de Educação (SED), que acompanham a execução do Programa Brasil Alfabetizado nos municípios jurisdicionados à secretaria.

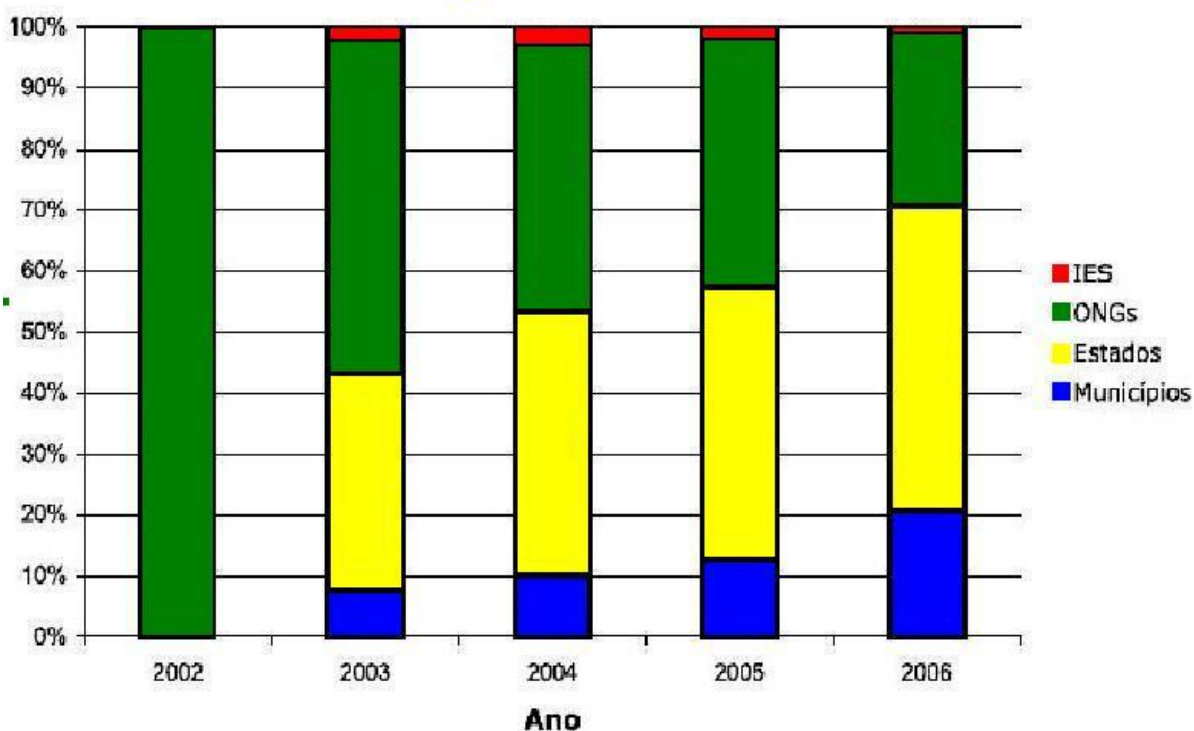


Gráfico 1 – Distribuição de recursos federais para a alfabetização de jovens e adultos, por ano e tipo de entidade

Fonte: MACHADO (2009, p. 25)

Conforme o gráfico 1, a esfera pública estadual de educação, a partir de 2006, teve o maior percentual de recursos destinados ao financiamento do PBA nos estados conveniados, ou seja, equivalente a 50%. Isso não traduz a participação de todos os estados que compõem a federação porque, conforme Machado (2009, p. 29):

A lógica ainda é a de uma adesão por interesse da chegada do recurso ao ente federado; todavia, essa política assume um papel, digamos, mais republicano quando a priorização desse recurso é para a esfera pública. O resultado dessa opção republicana, que é a que prevalece nesses últimos anos, impacta a EJA de formas diferenciadas, de acordo com os arranjos políticos em cada Estado ou município e, também, com os destes em relação ao governo federal. Isso explica, por exemplo, a não adesão de Estados como São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, em vários anos, ao PBA. Nesses, as

ações financiadas pelo programa só chegam por meio da adesão dos municípios ou não chegam de forma nenhuma.



Portanto, a implementação do PBA, que deveria resultar da ação política compartilhada entre a União, os estados e os municípios, ainda está subordinada aos arranjos políticos que cada ente federado decide, ou seja, “[...] embora já exista um arcabouço legal tentando orientar a política educacional, convive-se com práticas personalistas e tradicionais na implementação das políticas” (MACHADO, 2009, p. 30).

É importante destacar que o período compreendido entre 2003 e 2006, referente ao primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), apresentou um maior destaque para a EJA que os governos anteriores. Em Mato Grosso do Sul, também governado pelo Partido dos Trabalhadores no período de 1999 a 2006, foram estreitadas as relações entre o ente federal e estadual, no que se refere aos programas e projetos destinados à EJA, ou seja, as políticas educacionais para a educação de jovens e adultos estavam em consonância nos níveis federal e estadual.

A tabela 2 representa os locais cadastrados no MEC onde eram realizadas as aulas do Programa Brasil Alfabetizado, no estado de MS, em 2006.

Tabela 2 – Locais cadastrados no MEC para aulas do PBA em MS em 2006

LOCAÇÕES	NÚMERO DE TURMAS CADASTRADAS	%
Casa Alfabetizador	180	31,86
Escolas	179	31,68
Igrejas	53	9,38
Salão Paroquial	23	4,07
Sociedade de amigos de bairro	55	9,73
Outros (representados pelas próprias casas dos alfabetizadores)	75	13,27

Fonte: BRASIL (2006)

Sobre os locais onde o MOVA/ Brasil Alfabetizado deveria ser implementado, o ex-secretário de educação do estado de MS, em 2006, em entrevista à pesquisadora Santos (2008), enfatizou:

[...] nós queríamos realmente que a alfabetização de adultos tivesse presente nas empresas, nas escolas, nas igrejas, nas construções, junto aos trabalhadores das construções civis, ou seja, nós queríamos fazer um chamamento da sociedade do modo geral para que ambientes de trabalho, clubes, enfim, vários espaços da sociedade civil se transformassem em sala de aula, para que as pessoas pudessem fazer a alfabetização de adultos, e assim em pouco tempo garantir uma alfabetização de números, vamos dizer assim, maior de pessoas e em tempo recorde, para que pudéssemos alfabetizar um número bastante expressivo e capaz de atingir a totalidade de analfabetos no Estado (SANTOS, 2008, p. 73).

O chamamento da sociedade civil para a implementação do PBA no estado de MS foi feito por meio de variadas parcerias, não somente com os movimentos sociais, mas também com a iniciativa privada (SANTOS, 2008). Isso se traduziu no recrutamento de pessoas voluntárias, alfabetizadores leigos e lugares diversificados para a sua execução.

As entidades cadastradas no MEC que assinaram o convênio de parceria para a implementação do PBA no estado de MS foram representadas pelas prefeituras municipais de Campo Grande, Corumbá, Dourados, Paranhos e pela Secretaria Estadual de Educação, que representou 42 municípios do estado³. Na tabela 3 são apresentados os dados sobre o quantitativo de alfabetizandos e alfabetizados nas respectivas entidades.

Tabela 3 – Entidades cadastradas no MEC que executaram o PBA em MS em 2007:

NOME DA ENTIDADE	QUANTIDADE DE ALFABETIZANDOS CADASTRADOS	QUANTIDADE DE ALFABETIZADORES CADASTRADOS	TOTAL DE TURMAS
Prefeitura Municipal de Campo Grande	729	61	52
Prefeitura Municipal de Dourados	586	45	39
Prefeitura	312	25	24

³ Até 2009 eram 42 municípios que assinaram o termo de adesão, tendo a SED como a executora principal. Em 2010, conforme informações da coordenadora do Programa no estado, esse número é alterado para 66 municípios. Outros municípios como Dois Irmãos do Buriti e Ribas do Rio Pardo fizeram a adesão ao Programa assinando o convênio direto com o MEC (ENTREVISTA 1, 2009).

Municipal de Corumbá Prefeitura			
Municipal de Paranhos	245	17	17
Secretaria de Estado de Educação de MS	6.307	482	433

Fonte: BRASIL (2007) Tabela elaborada para esta pesquisa.

Segundo os relatos obtidos na entrevista 1, realizada sobre o Programa Brasil Alfabetizado da SED, o planejamento da formação inicial de alfabetizadores e coordenadores de turmas é organizado e ministrado pelos técnicos da Secretaria de Estado de Educação. A formação continuada dos alfabetizadores é realizada quinzenalmente, com carga horária de quatro horas, totalizando 64 horas de formação, durante toda a execução do Programa, sob a responsabilidade do coordenador de turmas.

A gestora 1 argumentou sobre o PBA o seguinte:

O acompanhamento do aprendizado dos alfabetizandos é realizado através dos testes cognitivos de entrada e saída que são aplicados 15 (quinze) dias após o início das aulas e o de saída 15 (quinze) dias antes do término das aulas que é enviado pelo MEC. Os coordenadores de turmas realizam visitas semanalmente em todas as salas e nas formações continuadas que acontecem quinzenalmente. Eles trabalham com os alfabetizadores as dificuldades de aprendizagem e as possíveis soluções através de atividades diferenciadas e de troca de experiências entre os alfabetizadores (Gestora 1/Entrevista, 2009).

Sobre as parcerias existentes entre as ONGs no estado que implementam o Programa Brasil Alfabetizado, a entrevistada informou que a única organização não governamental que desenvolve o Programa Brasil Alfabetizado é a ONG Luz das Letras, cujo método de ensino é a alfabetização por meio de recursos digitais e tecnológicos. A entrevistada 1 ainda informa que:



Os alfabetizadores e coordenadores de turmas são orientados para encaminharem os alfabetizandos para darem continuidade dos seus estudos nas salas da EJA, mas ainda são poucos os alfabetizandos que se interessam em continuar seus estudos, devido a idade e as vezes a distância da escola (Gestora 1/Entrevista, 2009).

Foi perguntado à entrevistada 1 sobre até que ponto o Programa Brasil Alfabetizado tem feito a diferença na vida dos sul-mato-grossenses que não tiveram oportunidade de estudar na idade apropriada. Sua resposta foi:

Diferenças significativas, pois temos alfabetizandos que após o início do processo de alfabetização, prosseguiram seus estudos na Educação Básica e melhoraram a qualidade de vida, pois conseguiram melhores empregos. Outro ponto que merece destaque são os alfabetizadores e coordenadores de turmas que ao ingressarem no programa, procuraram ingressar na faculdade para a melhoria do seu conhecimento e os mesmos estão sendo disputados por algumas instituições para o mercado de trabalho em salas do ensino regular (idem, 2009).

Além disso, o seu relato enfatiza:

Alguns municípios ainda resistem em responsabilizar-se pela alfabetização de jovens, adultos e idosos, como também resistem em assumir a existência de pessoas não alfabetizadas em seu município, é uma tarefa que exige de nós diálogo a respeito desta demanda. (Ibid).

Nesse caso, como a adesão aos programas de alfabetização fica a critério do município em assinar ou não junto ao MEC, o compromisso com a educação de jovens e adultos fica comprometida não apenas no atendimento de uma alfabetização aligeirada, como é o caso do PBA, mas principalmente na não continuidade dos estudos.

Outro fator que importa nesse processo é o financeiro. Pesquisas realizadas por Haddad (2007, p. 09) apontam que

O processo de municipalização das responsabilidades dos primeiros anos do ensino fundamental vem sendo crescente e nem sempre acompanhado dos recursos necessários para o seu suporte, particularmente para a EJA. Como não há uma fonte específica para o seu financiamento, há descontinuidade e ausência de um padrão nacional de oferta, em função da dinâmica entre compromisso político do poder público, recursos financeiros e pressão social. Poderíamos afirmar, sem perigo de errar, que não há um sistema de atendimento que garanta a continuidade de estudos para os jovens e adultos e um padrão nacional.

O estado de MS possui 78 municípios. Conforme a tabela 14, somente quatro assinaram o termo de adesão para a implementação do PBA diretamente com o MEC. Os outros 42 municípios fizeram a opção de delegar à Secretaria de Estado de Educação a assinatura do termo, enquanto o restante optou por não implementar o PBA em seus municípios, de forma nenhuma.

Dentre os quatro municípios do estado que implementam o PBA, toma-se como exemplo o município de Corumbá, por estar localizado na região do Pantanal, ou seja, a maior parte da sua área territorial está em regiões alagadas. Assim, uma parte da população habita nas 'regiões das águas', às margens do rio Paraguai. Para as pessoas jovens e adultas que vivem nessa região, chamadas de ribeirinhas⁴, o PBA é o primeiro contato com a alfabetização.

A Secretaria Municipal de Educação de Corumbá assinou em 2005 o termo de adesão com o MEC para implementar o PBA não somente na zona urbana do município, mas principalmente, na zona rural e de difícil acesso (incluindo os assentamentos e a população ribeirinha). O programa vem sendo implementado anualmente.

O atendimento educacional para essa população é realizado com o apoio de transporte escolar terrestre (para a população dos assentamentos rurais) e aquático (para a população ribeirinha), com elaboração de calendário

⁴ Essa população é formada por pescadores, catadores de iscas, piloteiros de barcos e até mesmo peões de fazendas que, ao formarem suas famílias, residem nessas áreas.

escolar diversificado e adaptado principalmente aos períodos de colheitas das plantações e de cheias periódicas do Pantanal. O acompanhamento desse atendimento é feito pela equipe técnico-pedagógica da Secretaria de Educação, através de formações continuadas e distribuições de materiais pedagógicos, a cada bimestre, ou antes, se necessário (RELATÓRIO DO PBA, 2007).

Quanto ao seu desenvolvimento, o PBA não estabelece diretrizes curriculares e metodológicas que orientem a elaboração de materiais didáticos próprios, a organização do trabalho pedagógico e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem. O currículo trabalhado na execução do Programa não difere do que é desenvolvido nas escolas urbanas da cidade.

As articulações para a execução do PBA são realizadas juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde, por meio dos agentes comunitários de saúde como sujeitos mobilizadores dos jovens e adultos não alfabetizados; com a área de assistência social, através do gestor do Programa Bolsa Família, para incrementar a localização dos jovens e adultos não alfabetizados, utilizando os dados do Cadastro Único para a emissão de documentação civil básica (Idem, 2007).

Na entrevista 2, a responsável pelo PBA na Rede Municipal de Educação de Corumbá informa que “o programa é um meio que os analfabetos têm de se alfabetizarem, para poder assinar o próprio nome sem precisar carimbar o dedo, de se sociabilizarem (sic), pois eles preferem porque é um curso rápido” (Gestora 2/Entrevista, 2010). Isto reforça a descontinuidade dos estudos, uma vez que, atendido o objetivo, que é a alfabetização, as pessoas adultas (principalmente) não buscam o ensino regular na modalidade EJA.

Estudos de Ventura (2008), ao fazer uma análise sobre os cursos aligeirados, como é o caso do PBA, apontam que:

As características dos cursos – estanques, de curta duração, desarticulados com a educação básica, direcionados preferencialmente aos setores da população em desvantagem social, visando a qualificação para a competitividade do

mercado de trabalho –, associadas ao baixo nível de escolarização da população economicamente ativa no Brasil, **expressam a dupla função dessas políticas públicas**: além de buscar aliviar os riscos sociais da extrema pobreza, pretendiam treinar os trabalhadores para as mudanças no mercado de trabalho, sob o discurso de atuar também como política de emprego, sem necessariamente elevar a escolaridade (VENTURA, 2008, p. 264, grifos nossos).

É necessário o reconhecimento dos limites dessa educação, que não será a solução por si mesma para a pobreza e o desemprego, pois atualmente ela está mais focada em ser a “aplicação sistemática das políticas sociais que reproduzem, aumentam e agravam a pobreza e a desigualdade” (RIVERO, 2009, p. 50).

A noção de inclusão social está presente nos programas e projetos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, inclusive bem destacada no PPA (2004-2007), como política educacional do país. Estudos de Ventura (2008, p. 266) destacam que:

[...] a educação é defendida como estratégia de “coesão” e “inclusão social” dos mais pobres. A noção de inclusão aparece, por um lado, através da ampliação do acesso à educação, e, por outro, via ampliação da participação política alicerçada no trabalho em espaços/associações aparentemente afastados da esfera da produção.

Colaborando com essa discussão, Rummert (2008, p. 26) lembra que

[...] os Programas e Projetos aqui abordados, e a maioria de seus executores, para disseminar o que Frigotto denominou como “educação do atalho”, que atinge, sobretudo os jovens. Teoricamente, é possível passar pelo Brasil Alfabetizado, ingressar no PROJOVEM e dele chegar ao PROEJA, obtendo certificados de conclusão do Ensino Médio e de formação profissional; conquistar-se-ia, assim, a possibilidade de ingresso em cursos genericamente denominados de nível superior. No plano abstrato, tal percurso de formação poderia ser considerado favorável ao trabalhador, sobretudo quando a escola se mostra ainda tão refratária ao acúmulo de saberes construídos fora dela (grifos da autora).



Por isso, estratégias como: capacitação semanal do alfabetizador; a emissão de documentos civis (registro de identidade, título eleitoral, certidão de nascimento e cadastro de pessoa física) feitos por meio de atendimentos promovidos por instituições como SESI, Prefeitura Municipal (através do Programa Prefeito Presente) e Câmara Municipal; enfim, todas essas ações estão voltadas para o cumprimento das metas estabelecidas no objetivo do PPA (2004-2007), tendo como suporte o Programa Brasil Alfabetizado.

Os vários programas e projetos destinados aos vários públicos, que compõem a clientela da educação de jovens e adultos, terminam pela fragmentação, reafirmando a distribuição diferenciada dos conhecimentos na sociedade brasileira.

Este capítulo permitiu verificar e analisar a posição secundária a que foi relegada a EJA em MS, apresentando situações como a improvisação no uso de instalações, a alocação de professores cedidos ou sem a fixação no estabelecimento, fato traduzido muitas vezes em um atendimento deficitário.

A procura pela modalidade de ensino é voluntária dos jovens e adultos, trazendo problemas de oscilações no número de alunos. Além disso, outro fato que confunde um pouco os objetivos da EJA é a flexibilização necessária ao atendimento das necessidades dos alunos, traduzidas em valores menos aceitáveis por parte da população, que prefere, por vezes o ensino regular, mesmo que seja um pretense aluno evadido por não dar conta das exigências do ensino regular, por problemas pessoais ou outros enfrentados pelos jovens trabalhadores.

Avaliando o contexto, Souza (2002, p. 188) informa que a parceria se torna

[...] uma terminologia que faz parte do vocabulário tanto dos movimentos sociais (que reivindicam participação e verbas para a realização de projetos) quanto das instâncias governamentais (que sugerem participação da comunidade como meio de garantir a realização de projetos).

Essas evidências mostraram a vulnerabilidade da EJA, atrelada às dificuldades da obtenção de recursos, ficando mais sujeita aos programas e projetos de alfabetização aligeirados e pontuais. O papel das parcerias na mobilização pela implementação de programas e projetos, inseridos no processo de redemocratização do país nos anos 1990, teve a presença da sociedade civil na reivindicação de direitos e pressão por mais participação nos rumos da gestão pública. No entanto, não deixa de ser relevante notar que a sociedade civil é chamada a “ceder o espaço” com mais intensidade do que para participar na concepção do projeto (HADDAD, 2007, p. 2007).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O destaque dado ao Programa Brasil Alfabetizado como política pública educacional em MS permitiu percebê-lo como um programa de alfabetização que se expressa em um período de curta duração, pautado na parceria, indo ao encontro das orientações estabelecidas pelos organismos internacionais quanto à descentralização das políticas de Estado na prestação dos serviços sociais.

É importante destacar que o formato de financiamento do PBA, quanto às regras de acesso aos recursos, nos anos de 2003 e 2004, não teve distinção entre o sistema público de ensino e as ONGs, pois ambas as partes recebiam valores similares para a implementação do Programa. Em 2005 as regras passaram a ser diferentes, visando a direcionar os recursos mais para as entidades públicas. O principal, no entanto, permaneceu, que foi o caráter de alfabetização de massa, de programa desvinculado da educação básica, ou seja, que não se consolida como política universal visando à superação de ações pontuais e/ou compensatórias, recorrentes na história do país.

Trata-se de uma materialização das políticas públicas para a EJA que busca diminuir os efeitos da marginalidade e da pobreza sobre a ordem social, alcançáveis através de intervenções focalizadas e compensatórias, destinadas

a atender as regiões mais pobres do país. As parcerias entre Estado e sociedade civil foram disseminadas, sob a justificativa de que se estava ampliando os espaços de participação com vistas ao desenvolvimento social. Porém, porém não serviu de alicerce para se efetivar como política pública educacional mais ampla nessa forma de sociedade e de sistema produtivo.

Abstract: Several programs and projects were implemented in the country, with the objective to enhance the assistance to the schooling of adults and young people and to help those who did not go to school at the proper age with the possibility to continue their studies. The objective of the research is to analyze the relation State/civil society in the implementation of programs and projects regarding Youth and Adult Education (Educação de Jovens e Adultos – EJA), especially the Program Literate Brazil, as an educational policy for adults and young people in MS state education network. The Program Literate Brazil is analyzed in terms of how it responds to the needs of the labor world and the capital. The education of adults and young people is seen more as the formalization of their rights of access to education by means of programs such as Literate Brazil than as a way of qualifying the specificities of the education of adults and young people for the labor world in their several socio-cultural contexts.

Keywords: Educational policy. Youth and Adult Education. Program Literate Brazil

REFERÊNCIAS

BRASIL. Censo Escolar. MEC/INEP: Brasília, 2006.

_____. IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Resolução CD/FNDE nº 12, de 03 de abril de 2009**. Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática dos recursos financeiros para o exercício de 2009 aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e para o pagamento de bolsas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado. Brasília, 2009.

HADDAD, Sérgio. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. RJ: Editora Autores Associados, vol.12, nº 35, Mai/Ago, 2007.

MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. In: **Revista Em Aberto**. Brasília, v.22, nº 82, nov. 2009.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Educação de Jovens e Adultos**. Campo Grande, 2006.

Disponível em: <<http://www.educar.ms.gov.br>> Acesso em: 28 dez.2010.

RAMOS, Marise N. O público e o privado na educação profissional: as políticas do MEC. In: ADRIÃO, Teresa e PERONI, Vera (Org.). **O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.

RELATÓRIO DO PBA. Secretaria Municipal de Educação de Corumbá. 2007.

RIVERO, José. Alfabetização e educação de jovens e adultos na América Latina, direito humano fundamental e fator essencial de equidade social. In: RIVERO, José e FÁVERO, Osmar. **Educação de Jovens e Adultos na América Latina**. UNESCO. Brasília, Fundação Santillana, Ed. Moderna, 2009.

RUMMERT, Sonia Maria. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 175-208, jan./jun. 2008.

SANTOS, Fabíola Silva dos. **Política de Alfabetização de Jovens e Adultos de Mato Grosso do Sul: A Experiência do Movimento de Alfabetização – MOVA/MS (1999/2006)**. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco. 138 p. Campo Grande, 2008.

SOUZA, Maria Antônia de. As relações entre o Movimento Sem terra (MST) e o Estado: Programas de alfabetização de Jovens e Adultos no Paraná. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VENTURA, Jaqueline Pereira. **Educação de Jovens e Adultos ou Educação da classe trabalhadora**. Tese de Doutorado em Educação. 302f. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

* Recebido em janeiro de 2013

* Aprovado em maio de 2013